



www.bancariosdf.com.br

Espelho DF

Brasília, 21 junho de 2011



Congresso Distrital dos Funcionários do Banco do Brasil é nos dias 1º e 2 de julho. **Inscreva-se**

Saúde e condições de trabalho, Previ, Cassi, remuneração, jornada de 6 horas e organização do movimento. Esses são alguns dos principais temas que serão discutidos pelos bancários no Congresso Distrital dos Funcionários do Banco do Brasil, que o Sindicato promove nos próximos dias 1º e 2 de julho em mais uma importante etapa de organização da Campanha Nacional 2011.

“Trata-se de um momento crucial para o funcionalismo discutir de forma mais aprofundada suas demandas, fazer sugestões e se preparar para a mobilização nacional”, destaca Eduardo Araújo, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, lembrando que o Sindicato tem intensificado as discussões da Campanha Nacional com a categoria nas diversas reuniões realizadas nos locais de trabalho (leia na página 3).

No Congresso Distrital serão debatidas e definidas as propostas específicas de Brasília que serão levadas para o 22º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, marcado para os dias 9 e 10 de julho, em São Paulo, de onde sairá a minuta final de reivindicações a ser entregue ao banco. No encontro também serão eleitos os delegados que representarão os bancários do DF no 22º Congresso Nacional.

A abertura do evento, conjuntamente com o início do Congresso Distrital dos Empregados da Caixa, ocorre na sexta-feira, dia 1º, às 19h30, na sede do Sindicato, com uma análise de conjuntura e



Congresso Distrital dos Funcionários do



Banco do Brasil

bancos públicos. No sábado 2, o encontro acontece no prédio da Legião da Boa Vontade (915 Sul), das 9h às 14h (veja programação).

Os bancários já podem se inscrever para o Congresso acessando o site do Sindicato (www.bancariosdf.com.br) e preenchendo o formulário disponível.

“A participação de todos os bancários nos diversos eventos realizados pelo Sindicato, como o Congresso Distrital do Banco do Brasil, é de fundamental importância nesse momento de preparação para a Campanha Nacional, de modo a somar forças em busca de novas conquistas”, avalia o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

22º Congresso Nacional

O 22º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil acontecerá nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo. São esperados 321 delegados e 17 observadores. O evento vai consolidar a pauta de reivindicações dos funcionários, bem como discutir o banco que a sociedade brasileira precisa.

Assim como no encontro distrital, no Congresso Nacional os temas centrais de discussão vão girar em torno de remuneração e jornada (piso e interstícios da carreira, pontuação da carreira de mérito, jornada de 6 horas para comissionados); saúde (Cassi, Brasil Dental, Fusc, Economus); segurança bancária; previdência (Planos 1 e Futuro, Fusc, Economus, Prev BEP); banco público (internacionalização, metas de produtos bancários, terceirização e correspondentes bancários).

PROGRAMAÇÃO

Dia 1º de julho – Na sede do Sindicato (EQS 314/315 – Asa Sul)

19h30 às 21h30 – Abertura conjunta com o Congresso Distrital dos Empregados da Caixa, seguida de painel sobre conjuntura e bancos públicos

Dia 2 – No prédio da Legião da Boa Vontade (915 Sul)

9h – Café
9h30 – Debate sobre saúde
10h45 – Debate sobre previdência
12h – Debate sobre remuneração e condições de trabalho
14h – Assembleia, com a escolha de delegados

Sindicato apura denúncia de **assédio moral da Diretoria de Varejo**

O Sindicato recebeu e já está apurando as denúncias de assédio moral que envolvem a Diretoria de Varejo do Banco do Brasil.

“Já indicamos o acionamento do departamento jurídico do Sindicato e o Ministério Público do Trabalho. Assim que tivermos em mãos todas as informações necessárias, tomaremos as medidas cabíveis, além da ação na Justiça”, avisa Eduardo Araújo, diretor do Sindicato.

De acordo com Araújo, após confirmadas as denúncias, entre as ações planejadas para coibir essa prática perniciosa dentro do banco, em particular na Diretoria de Varejo, até mesmo o nome dos assediadores será tornado público, uma vez que o Banco do Brasil não assinou o acordo aditivo da Fena-ban, que prevê sigilo no programa de combate ao assédio moral.

Informe-se e denuncie

Conquista da Campanha Nacional de 2010, o acordo aditivo de combate ao assédio moral foi assinado por diversos bancos em janeiro de 2011. Bradesco, Itaú



Unibanco, Santander, HSBC, Caixa Econômica Federal, Citibank e Votorantim, Safra e BIC Banco assinaram o documento, cuja adesão é voluntária.

No caso do Banco do Brasil, que não assinou o aditivo, os bancários contam com os chamados comitês de ética para apurar os casos, acionados após apuração da denúncia pela Ouvidoria Interna, que por sua vez tem uma imagem desgastada por causa, entre outras coisas, da sua posição hierárquica na estrutura organizacional.

Para fazer a denúncia, o Sindi-

cato dispõe de um canal próprio no site da entidade. Basta clicar no link de acesso ao formulário, localizado no alto da página, à direita, onde o bancário vai encontrar todos os detalhes sobre os procedimentos para preenchimento e envio. Vale ressaltar que todos os dados informados pelo bancário são mantidos no mais absoluto sigilo. Se preferir, o trabalhador também pode fazer a denúncia pessoalmente no Sindicato (EQS 314/315. Fone: 3262-9023).

Após receber as denúncias, os bancos terão um prazo má-

ximo de 60 dias para apurá-las e prestar esclarecimentos aos sindicatos, que tomarão as providências legais cabíveis.

O Sindicato reforça que a luta pelo fim do assédio moral começa nos locais de trabalho e depende também da participação da categoria. “É preciso se informar sobre o assunto, conversar com os dirigentes sindicais e com os colegas, acompanhar as notícias do Sindicato, de modo a entender melhor e estar ciente da importância e de como usar mais essa ferramenta que está à disposição da categoria para auxiliá-la”, ressalta Eduardo Araújo.

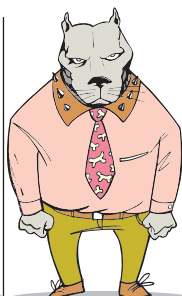
Os bancários são uma das categorias que mais adoecem vítimas de transtornos psíquicos, resultado direto do modelo organizacional dos bancos baseado na pressão pelo cumprimento de metas, muitas vezes impossíveis de serem cumpridas, o que está intimamente ligado à prática de assédio moral. Dados do INSS já apontam que a incidência de problemas psíquicos na categoria bancária é equivalente aos casos de trabalhadores acometidos pelas LER/Dort.

Os vários tipos de assediador

O perfil do assediador varia, prevalecendo a agressão do chefe ao subordinado. Existe desde o tipo para quem demitir é “grande realização”, conhecido como “profeta”, até aquele cujo traço é marcado por ordens confusas e contraditórias, chamado de “Tassea” (“Tá se achando”). Outros perfis também já foram identificados, de acordo com observações levantadas por pesquisadores entre os trabalhadores:



Mala babão
Uma versão do capataz moderno, que controla e persegue os subordinados



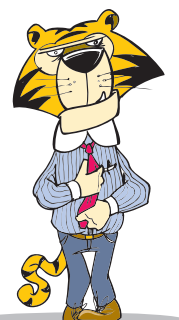
Pit Bull
Humilha os subordinados por prazer. É agressivo e violento



Troglodita
É aquele que sempre tem razão



Garganta
Vive contando vantagens e não admite que seus subordinados saibam mais que ele



Tigrão
Quer ser temido para esconder sua incapacidade e necessita de público para sentir-se respeitado

Sindicato rebate reportagem do Correio Braziliense sobre **aposentadoria de R\$ 81 mil a diretores do BB**

A respeito da matéria "Aposentadoria de dirigentes do Banco do Brasil pode chegar a R\$ 81 mil", publicada no caderno de Economia da edição de 7 de junho do Correio Braziliense, o Sindicato esclarece o seguinte:

■ Em 2008, sob Lima Neto, o Sindicato denunciou o aumento dos salários dos diretores executivos do BB em 30%. À época, o então presidente da instituição financeira justificou o incremento na remuneração como resultado da mudança do vínculo empregatício do regime celetista para o es-

tatutário, extinguindo-se, assim, direitos como férias, licença-prêmio e abono para esses cargos.

- Ao mesmo tempo, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Previ, em acordo com a direção do banco, a implantação de um teto de benefícios equivalente à remuneração do NRF Especial, por reconhecer que a mudança não era salarial.
- Apesar de aprovado no Conselho Deliberativo da Previ, o teto não foi efetivamente implantado por causa da pendência em relação à aprovação do regulamento pela Previc. Nesse interím, os estatutários tiveram

as contribuições calculadas e computadas sobre os salários reajustados não considerando-se o teto, dando-lhes o direito de requererem a aposentadoria sobre o limite de 90% da remuneração atual e não sobre o teto de 90% sobre o NRF Especial.

- Usando das prerrogativas de questionar alterações do regulamento na condição de patrocinador, o BB, com a direção agora capitaneada por Aldemir Bendine, pediu a retirada desse ponto da regulamentação e apresentou uma proposta no Conselho Deliberativo da Previ, de que o teto seja de três vezes o valor do

NRF Especial (algo em torno dos R\$ 80 mil, em valores atuais).

- A proposta da direção do BB não muda em nada a condição atual, ou seja, não há teto de benefícios para o Plano 1. Se os executivos querem manter o "status quo", terão que utilizar o voto de minerva na votação da matéria no Conselho Deliberativo da Previ – um resquício autoritário do governo FHC.
- A posição do Sindicato dos Bancários de Brasília é pela implantação imediata do teto de benefícios aprovado em 2008, cumprindo assim o acordo do ex-presidente do BB Lima Neto.

Reuniões nas agências mobilizam bancários



Ceilândia Centro

A primeira reunião realizada pelo Sindicato com os empregados do Banco do Brasil no mês de junho aconteceu na agência Ceilândia Norte, no dia 7. Os diretores do Sindicato levaram informes sobre a organização da Campanha Nacional dos Bancários 2011 e sobre a última rodada de negociações do movimento sindical com o BB, quando foram exigidas respostas sobre questões como o descumprimento da jornada trabalhista por parte da empresa e a demora no cumprimento do TAC que trata do Sesmt, entre outros assuntos.



Taguatinga Norte

No dia 15 o Sindicato promoveu, na agência Taguatinga Norte, um debate sobre a lógica da remuneração do bancário, que traz em seu bojo grande parcela da renda variável, como a PLR e as verbas de comissão, entre outros temas. Segundo os dirigentes sindicais, essa lógica traz insegurança em relação às verbas salariais, já que está vinculada a fatores transitórios, como o lucro, no caso da PLR, e a oferta de cargos, nos casos das comissões.



Taguatinga Centro

Entre os temas debatidos na reunião realizada na agência Taguatinga Centro no dia 17 esteve a luta contra a terceirização. Os diretores do Sindicato lembraram aos bancários que essa prática precariza as condições de trabalho e enfraquece a luta dos trabalhadores. Para combater essa prática, o Sindicato se uniu à CUT em uma mobilização intensa contra o projeto de lei que amplia a terceirização.

CUT vai mobilizar trabalhadores para barrar tramitação de projetos sobre terceirização

Contra os 17 parlamentares que aprovaram na Comissão do Trabalho o Projeto de Lei 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que escancara a terceirização e legaliza a precarização do trabalho, dezenas de trabalhadores, incluindo os bancários, lotaram o plenário 13 da Câmara dos Deputados durante a audiência da Comissão Especial sobre a Regulamentação do Trabalho Terceirizado realizada na quarta-feira (15), em Brasília. Maior central da América Latina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) promete intensificar a mobilização em todo o país para interromper a tramitação de todas as 25 propostas que tratam do tema na Casa.

“É necessário realizar um amplo diálogo social sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social que nós queremos para o Brasil, antes de apressar a aprovação de um projeto de terceirização que pode trazer enormes prejuízos para a classe trabalhadora”, afirmou o presidente da CUT, Artur Henrique. “Esse tipo de terceirização que estão querendo regularizar no Brasil vai contra os direitos trabalhistas”, acrescentou.

Presente à audiência, Vicentinho não poupou críticas aos 17 deputados que aprovaram o projeto 4330/04. “Um projeto como esse, que permite tudo, não pode ser aprovado a toque de caixa como ocorreu na semana passada. Se a proposta é do interesse do trabalhador, os deputados deveriam ter esperado, ter ouvido opiniões e costurado mais para garantir os direitos dos trabalhadores”, criticou.



Lucros

Vicentinho também polemizou ao observar que “o olhar empresarial quer sempre encontrar uma forma de ganhar mais dinheiro”. “A Câmara não pode cometer esse grave equívoco de legalizar a precarização dos direitos trabalhistas. Deus me livre dessa Casa aprovar esse projeto”, concluiu.

Relator da Comissão Especial, o deputado Roberto Santiago (PV-SP) também deu a entender que não concorda com o projeto 4330/04. “Está errada essa história de poder tudo na terceirização. Não pode tudo. Temos de construir uma proposta dentro de uma lógica para evitar que os trabalhadores sejam tratados como insumos do capital. Eles são parceiros do capital”, destacou.

Apoiada abertamente pelos empresários, a proposição de Sandro Mabel institui a responsabilidade subsidiária, segundo a qual o trabalhador terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da tomadora de serviços quando esgotados os bens da empresa prestadora, no caso de falência, por

exemplo. Mabel, que também é empresário, tem interesse na aprovação do projeto de sua autoria. Dono do quinto maior patrimônio declarado da Câmara dos Deputados, com R\$ 70,9 milhões, Sandro Mabel é proprietário da fábrica de biscoitos e rosas Mabel.

O presidente nacional da CUT ressaltou ainda que a terceirização mata e os números comprovam isso. Na Petrobras, em 2009, houve sete mortes em situações de trabalho - seis eram trabalhadores terceirizados; em 2010, foram nove mortes, sendo seis de terceirizados. Na Vale, são registrados em média 13 óbitos por ano, sendo que 8 são de trabalhadores terceirizados.

No setor elétrico, a situação, no mesmo período, é mais grave ainda: a taxa de mortalidade dos terceirizados do setor é 3,21 vezes maior: foi de 47,5 por grupo de 100 mil. Já a taxa entre os trabalhadores diretos foi de 14,8.

Citando dados de uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Artur Henrique mostrou como a terceirização age

na precarização do trabalho. De acordo com o levantamento, o trabalhador de empresa contratante recebe em média um salário de R\$ 1.444, enquanto que o de uma empresa terceirizada é de R\$ 799. Portanto, o trabalhador de empresa terceirizada recebe 55% menos, e com jornadas maiores de trabalho. Além disso, 46% desses trabalhadores não recolhem para a Previdência Social, 34% são jovens e 40% são mulheres.

Sindicato marca presença

Representaram o Sindicato dos Bancários de Brasília na audiência os diretores Wadson Boaventura e Antônio Abdan, funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, respectivamente. “A reunião foi muito proveitosa porque os trabalhadores puderam expor sua visão”, disse Boaventura. “No caso dos bancários, a terceirização também é extremamente prejudicial. Os correspondentes bancários, que trabalham como bancários, mas recebem salários inferiores e cumprem jornada em ambientes inapropriados, sem qualquer segurança, são o retrato da terceirização cruel que afeta nosso país”, acrescentou Abdan.

Ex-presidenta do Sindicato, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) também marcou presença na audiência pública. A parlamentar conversou com trabalhadores e demonstrou preocupação com a aprovação dos projetos sobre terceirização que tramitam nas comissões da Câmara dos Deputados.